

Estados sem dinheiro

Quinta-feira, 6 de dezembro de 1990

recorrem ao Senado

CRISTIANA LOBO

BRASÍLIA — O Senado transformou-se numa verdadeira "porta da esperança" de governadores que, em final de mandato, têm contas a pagar e ameaça de greve do funcionalismo pelo décimo-terceiro salário e vêm a arrecadação do ICMS cair mês a mês. A saída tem sido recorrer ao Senado com pedidos de autorização para emitir Letras Financeiras do Tesouro Estadual. Muitas vezes, o deságio é alto — o que compromete ainda mais a situação financeira do Estado — mas alivia as dificuldades momentâneas e o problema passa a ser do sucessor. O Governador da Bahia, Nilo Coelho, foi o primeiro a receber a autorização para emitir 14 bilhões de LFTs, o que causou atritos entre o Governador eleito, Antônio Carlos Magalhães, e o Líder do PFL, Senador Marco Maciel, que votou a favor da emissão.

A pauta da última semana de funcionamento do Senado está sobrecarregada. Somente hoje, devem ser votados quatro pedidos: Rio Grande do Sul (118 milhões), Minas Gerais (8 bilhões), Prefeitura de São Paulo (6 bilhões) e Prefeitura de Maringá, no Paraná (não especificou). Ainda dependem de requerimento de urgência pedidos do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, além de pedidos de Santa Catarina e Rio de Janeiro para empréstimos externos.

Secretários de Fazenda reunidos

em Brasília para tratar da rolagem da dívida dos Estados concordam que o Banco Central imponha condições para que os governos emitam Letras do Tesouro, desde que seja para organizar o mercado, conforme afirmou o Secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado.

A Bahia conseguiu autorização: o dido original era de 22 bilhões de LFTs (o preço de cada uma varia de Estado para Estado) e causou muita reclamação. O Banco Central desaconselhava a operação, alegando que ela poderá trazer consequências imprevisíveis para a situação financeira do Estado e para o mercado desses títulos. Ainda assim, por um acordo de lideranças, o pedido foi aprovado — um substitutivo de última hora chegou a 14 bilhões.

O filho do futuro Governador Antônio Carlos Magalhães, o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL), acompanhou a votação indignado. — Não existe solidariedade de partido — protestou, quando viu o Líder do PFL, Marco Maciel (PE), apoiar o acordo que beneficia o Governador Nilo Coelho (PMDB), adversário político de seu grupo na Bahia.

— Se o Carlos Wilson encaminhar um pedido, a gente bem que poderia facilitar a vida dele — brincou o Deputado com um colega baiano, numa insinuação de que assim poderia criar o mesmo problema para Maciel em Pernambuco: Carlos Wilson é adversário do futuro Governador Joaquim Francisco.